

RECEPÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO: PONTOS POSSÍVEIS DE ARTICULAÇÃO

Poliana Coeli Costa Arantes (UERJ)
polianacoeli@gmail.com

RESUMO

A interlocução entre recepção e análise do discurso ainda tem sido pouco investigada e lentamente desenvolvida no cenário das pesquisas acadêmicas no Brasil e em grande parte da Europa. Podemos citar como um dos vários fatores que justificariam tal fenômeno, o fato de que as pesquisas em análise do discurso, procuram analisar, em grande parte, as produções linguísticas enquanto objetos de pesquisa em detrimento da investigação empírica das manifestações das enunciações, que poderia ser desenvolvida baseada no escopo das teorias dos estudos em recepção, com foco maior sobre os sujeitos do ato de comunicação. Sendo assim, os sujeitos não seriam definidos por meio de seu caráter subjetivo de análise, pois não se trata do entendimento do sujeito em sua unicidade e subjetividade que também o caracterizam, mas sim na dispersão que lhe é própria, pois essa dispersão pode ser definida através dos lugares sociais e posições sociais que ocupam, das relações que estabelecem com seus interlocutores, de seu espaço de interação definidos pelo suporte da língua e da linguagem e também pelo contexto em que tais manifestações circulam e se constituem.

Palavras-chave: Estudos em recepção. Análise do discurso. Sujeito. Enunciação.

1. *Introdução*

A tradição dos estudos em recepção pode ser vista como uma teoria que procurou resgatar os sujeitos enunciativos, seja na teoria literária a partir da fenomenologia de Heidegger (1889-1976) ou nos estudos de comunicação, a partir dos anos 1920.

A análise do discurso, por sua vez, busca, ao longo de algumas décadas, definir o que se poderia chamar discurso e, embora não haja consenso sobre o significado do termo, há em comum o modo como se busca analisá-lo: não se esgota no funcionamento linguístico, mas procu-

ra entender a relação que o sujeito e tal funcionamento estabelecem reciprocamente. Nesse sentido, o objeto de análise, cuja investigação será proposta, está inserido nas relações que se estabelecem entre o uso estratégico da linguagem e os sujeitos que se relacionam por meio dele.

Nesse sentido pode-se estabelecer uma relação interlocutiva e bastante produtiva entre o resgate dos sujeitos da tradição dos estudos em recepção e o relacionamento que esses sujeitos promovem com os conteúdos enunciativos e lingüísticos em geral. A fim de contextualizarmos o cenário da discussão acima citada, serão expostas algumas reflexões que marcaram o cenário da análise do discurso instaurando enfoques diversos para a referida discussão.

Nas obras de Pêcheux (1990) observa-se que o foco dessa discussão está no caráter materialista do discurso, herança marxista, quando se considera que o discurso seria a materialização ideológica transmissora de ideologias aos sujeitos. Fairclough (2001) discute, por sua vez, o caráter dinâmico dos discursos e do sujeito do discurso, pois aquele é entendido como prática social que não é somente reprodutora, mas também transformadora de realidades sociais e, o sujeito, a partir de uma perspectiva psicossocial, seria capaz de agir como transformador de suas próprias práticas discursivas. Foucault (1995) não constrói o discurso sem o sujeito, pelo contrário, ele considera que este está ou foi submergido pelo discurso. Sendo assim, o discurso seria uma espécie de ferramenta que possibilitaria a apreensão e a constituição dos sujeitos por lugares exteriores a eles.

Finalmente, Maingueneau (2005) investe no caráter histórico do discurso e empreende que o mesmo permita definir um espaço de regularidades discursivas dentro de uma dispersão de textos. Desse modo, o discurso não operaria sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e, assim, todo enunciado se constituiria na relação polêmica com outro.

Nesse sentido, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas do que ela é capaz de transmitir e (re)significar: processos ideológicos, relações de poder, institucionalização de identidades sociais, práticas discursivas, dentre outras manifestações humanas. O discurso midiático ocuparia lugar privilegiado como formador e armazenador da memória social, pois os produtos midiáticos seriam capazes de revelar a seleção do que foi escolhido para ser esquecido e o que deveria ser destacado para ser lembrado.

A seguir discutiremos sobre a posição do sujeito nos estudos em recepção promovendo o debate e os pontos possíveis de interseção entre as linhas teóricas objetos do presente estudo.

A adoção do termo “recepção” se configura como problema teórico se não entendemos que a comunicação se restringe à clássica divisão: produção, mensagem e recepção. No entanto, a adoção do termo no contexto acadêmico pode ser feita com um certo grau de adequação, já que pressupõe um enfoque voltado para um dado momento e para aspectos específicos dessa cadeia comunicativa.

O termo foi cunhado e é utilizado em pesquisas acadêmicas para referir-se a quaisquer práticas de recepção midiática, pois “em nosso ambiente já se consolidou seu uso tanto para designar as relações que se estabelecem entre os membros da audiência e os meios, quanto para denominar a área de estudos sobre tais questões” (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 14). Contudo, o debate sobre a adequação ou não do termo é objeto de longas discussões em virtude da interpretação que ele sugere aos membros da audiência como receptáculos passivos das mensagens midiáticas ou como interpretantes ativos e críticos das mensagens.

Assim, observa-se que essa é uma discussão contemporânea ainda não resolvida, mas que registra uma mudança no papel dos meios na sociedade e que acaba por criar novas necessidades teóricas. Do ponto de vista atual da comunicação, as teorias sobre a recepção dos meios pertencem a um foco mais especializado dentro das teorias gerais da comunicação abordadas sob diferentes prismas, dependendo da compreensão dos autores que se propõem a fazer a arqueologia do campo e das condições sociais de produção das teorias que procuram entendê-lo.

Sendo assim, a apresentação dos modelos teóricos que surgiram nesta tradição de pesquisa em recepção nos estudos da comunicação pode ser muito diversificada, pois podem ser realizados levando-se em consideração diferentes pontos de partida, tais como: análise cronológica, identificação dos ciclos subsequentes de desenvolvimento das teorias ou até mesmo apresentação dos modelos fundamentais para a teoria da comunicação originados em diferentes disciplinas como ciência política, sociologia, psicologia, entre outras. Escolhemos, portanto, a análise cronológica por considerarmos este aspecto um pouco menos subjetivo que os demais.

2. Os estudos em recepção e sua interlocução com a análise do discurso

Observando-se a cronologia do que tem sido produzido nos estudos em recepção, pode-se localizar os primeiros estudos, ou seja, o ciclo inaugural, no final da década de 1920, quando começam a ser pesquisados os efeitos dos meios de comunicação. Ainda atualmente a análise dos efeitos tem sido objeto de estudo na comunicação, denominando-se aqueles efeitos que procuram medir o impacto que os meios de comunicação têm sobre a audiência, de modo a classificar o poder dos meios em termos de *minimal effects* ou *maximal effects*⁷⁸ (GOMES, 2004).

No entanto, tais efeitos pressupõem a finalização do processo de comunicação, uma vez que considerar os “efeitos” implicaria conceber o processo comunicativo como a produção e a transmissão de um estímulo comunicativo realizadas por um emissor com intenções e objetivos voltados para a produção de um impacto num determinado público.

A corrente de estudos sobre efeitos que vai até meados dos anos 1940 é caracterizada, segundo Gomes (2004), por um conjunto de suposições, que se referem tanto à organização da sociedade quanto às características psicológicas dos indivíduos, oriundas da psicologia e da sociologia clássicas.

Assim, nesse período podemos observar que o que sobressai nessa corrente teórica é uma visão linear, fragmentada e mecanicista da comunicação, que, segundo Gomes (2004), ressalta:

- a separação entre emissores e receptores (pólos que definem uma origem e um fim);
- uma visão teleológica do processo comunicativo;
- a onipotência do emissor;
- a passividade do receptor;
- a mensagem como algo material e objetivo, que independe do emissor tanto quanto do receptor;
- os efeitos como sendo indiretos e imediatos.

⁷⁸ Tradução dos termos cf. Jensen e Rosengren (1990): “Teoria dos efeitos fracos” e “Teoria dos efeitos fortes”.

Tal concepção nos remete aos estudos do teórico Jakobson (1973), que estabelece uma noção semelhante acerca do ato de comunicação verbal, em que o remetente enviaria uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requereria um contexto a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que capacite ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. No entanto, a concepção de Jakobson é bastante estruturalista e não aponta a possibilidade multi-identitária que os parceiros da comunicação podem apresentar; fato este levado em conta pela análise do discurso.

Tais fatores poderiam se constituir por meio das diversas modalidades de enunciação, que não remeteriam à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, mas à sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber ao exercer um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala: “se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Considerando a fragmentação e dispersão do sujeito que é também senhor de identidades descontínuas, ele pode ou não coincidir com o destinatário dos enunciados. Para Charaudeau (2003), no ato de linguagem também não há um sujeito único, e sim a representação dos mesmos através de seu desdobramento em quatro: dois parceiros da comunicação, exteriores ao ato de linguagem (sujeito comunicante e sujeito interpretante), cujas ações estão veiculadas às práticas psicossociais, e dois protagonistas da comunicação internos ao ato de linguagem (sujeito enunciador e sujeito destinatário).

Vale ressaltar que esses últimos são verdadeiras criações do sujeito comunicante – produtor empírico da enunciação –, ou seja, são os protagonistas internos ao ato de linguagem, sendo que o destinatário é uma aposta de figuração que o sujeito comunicante faz sobre características efetivas dos interpretantes ou de seu público-alvo. Dada a complexidade da análise das variáveis que os constituem como tal (contexto social, cultural, econômico, político etc.), eles acabam por não ser contemplados

em estudos empíricos em análise do discurso, por ser esta uma disciplina hermenêutica que se ocupa da análise descritiva e interpretativa das mensagens agrupadas em *corpora*.

Sendo assim, a análise dos produtos linguístico-discursivos é que sobressai consideravelmente, análise que permite, porém, ao analista, que levante hipóteses importantes sobre o processo de produção e de recepção do discurso, como possíveis interpretativos ou efeitos desejados.

Faz-se necessário ressaltar, porém, que algumas contribuições na investigação e análise dos sujeitos interpretantes vem dando seus primeiros passos em análise do discurso, tais como as análises de relatos autobiográficos, memoriais, reflexões, observações etnográficas, análise de reações comunicadas (cartas de leitores, mídias eletrônicas e interativas).

No entanto, observamos não haver ainda publicações de trabalhos desenvolvidos em análise do discurso que investiguem em campo os Sujeitos empíricos da produção e da recepção envolvidos em determinado ato de comunicação e seus olhares avaliadores recíprocos. Na maioria das vezes, o que se desenvolve são análises discursivas de material secundário recolhido e selecionado como objeto de estudo, como é o caso das cartas de leitores de jornais, material sabidamente editado, com supressões e adições importantes efetuadas pela instância de produção, além da seleção importante que recebem. Não encontramos ainda, especificamente na análise do discurso midiático em análise do discurso, trabalhos que adotem procedimentos de coleta de dados primários em campo, diretamente com os parceiros externos da comunicação (seres psicossociais), com o objetivo de analisá-los enquanto sujeitos empíricos e relativamente autônomos do processo de construção e de recepção do discurso, incluindo na análise suas próprias representações sobre as representações que são feitas ou evocadas deles na configuração discursiva.

É justamente por esse motivo que investimos na construção de métodos de análise partindo-se, primeiramente, das próprias categorias teóricas da análise do discurso, a fim de buscar compreender seus limites propondo métodos também produtivos para a investigação dessas instâncias empíricas que constituem parte importante do processo de comunicação.

Por concordarmos com a divisão apresentada anteriormente dos parceiros da comunicação, a análise dos efeitos, que contempla apenas uma divisão binária entre emissor e receptor, proposta pela teoria da comunicação dos anos 1940, não nos seria interessante por haver discre-

pância com a postura teórica acima citada, posicionada em função da análise dos atos de linguagem sob a perspectiva linguístico-discursiva de parceiros que carregam múltiplas identidades e papéis sociais que são instáveis.

Tampouco os discursos sobre a “cultura de massa”, surgidos em meados da segunda metade do século XIX, parecem ser a solução para o problema metodológico da análise em recepção, pois ao formular uma “psicologia das multidões”, todos parecem subscrever, de modo mais ou menos sutil, uma visão manipuladora da sociedade. Segundo Gomes (2004), a multidão é descrita como um ajuntamento social onde há os que arrastam e os que são arrastados, isto é, hipnotizadores e hipnotizados.

Ainda segundo a teórica, o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial até os anos de 1950 é considerado um segundo ciclo de estudos dos efeitos e é marcado pela investigação de aspectos que problematizam a eficácia direta das mídias. Assim, novas concepções oriundas da psicologia e da sociologia foram fatores que contribuíram para disseminar a ideia de efeitos imediatos e diretos.

Nessa nova fase, passam a ser consideradas características psicológicas, culturais e sociais dos indivíduos que implicariam seletivos padrões de atenção, percepção e memorização dos conteúdos das mídias e, em decorrência, formas seletivas de ação, pois, se os receptores eram anteriormente considerados impotentes diante da onipotência de emissores e veículos, com o advento do crescimento de pesquisas empíricas, começou-se a delinear uma postura conceitual ao revés: dos receptores, dotados de características psicológicas, sociais e culturais.

Dessa forma, a importância atribuída aos processos de aprendizagem e a ênfase nas investigações empíricas começam a demonstrar que vários elementos interferem na relação entre emissores e receptores, representando-se assim, segundo Gomes (2004), os primeiros sinais de revisão da perspectiva mecanicista e imediata de estímulo e resposta.

É nesse sentido que o efeito, a capacidade de persuasão das mensagens massivas variaria, então, segundo características de personalidade dos indivíduos que compõem o público. No entanto, segundo a teórica, ainda permanece nesses estudos o esquema estímulo-resposta, porém, mais enriquecido, na medida em que nele são introduzidos novos elementos; nesse caso, processos psicológicos e motivacionais.

Em ambos os ciclos de estudo, tanto no da primeira fase estruturalista, quanto no da segunda fase cognitivista, observa-se que o interesse está em procurar a melhor forma de persuadir. Não obstante, no primeiro caso, busca-se a organização ótima das mensagens com fins persuasivos e, no segundo, verifica-se que a eficácia varia conforme variem certas características dos destinatários e, além disso, que os efeitos são a resultante de fatores complexos envolvidos no processo comunicativo.

A comunicação é pensada, nesses dois momentos, em termos instrumentais. As pesquisas estão assim, voltadas para preparar instrumentos de avaliação úteis e operativos para os gestores dos meios de comunicação que são considerados neutros. A necessidade de oferecer resultados seguros aos contratantes implica a opção por estudos quantitativos das audiências e uma formalização matemática dos fatos (GOMES, 2004, p. 50).

Os estudos sobre os efeitos foram, nessa segunda fase, moldados por um quadro intelectual comportamentalista, que, segundo a teórica, foram levados a centralizar a atenção no indivíduo e, assim, a necessidade de fornecer respostas seguras aos agentes financiadores das pesquisas implicou a insistência em estudar o impacto em curto prazo e os levantamentos quantitativos.

Os investigadores funcionalistas (Lasswell, C. Wright) foram os primeiros a direcionar as primeiras críticas aos efeitos de curto prazo, uma vez que a abordagem quantitativa levava a perder qualquer referência à totalidade sociocultural e a ignorar a perspectiva histórica. Gomes (2004) aponta que não se trata do abandono às investigações empíricas, pois a coleta de dados é, entre outros fatores, o que diferencia a corrente de investigação americana da europeia.

O funcionalismo, portanto, considera as mídias como um conjunto de sistemas sociais que funcionariam dentro de um sistema externo específico, o que parece se assemelhar ao que Charaudeau aponta como circuito externo da representação do ato de comunicação, pois ao analisar o funcionamento do ato de comunicação a partir das identidades dos parceiros (Quem? Para quem?), da situação de comunicação (Como? Onde?), Charaudeau inscreve funcionalidade ao contrato de comunicação, tendo em vista que as finalidades e propósitos são centrais no discurso que circunscrevem o ato de comunicação. Tais dados externos seriam representados pelo conjunto de condições sociais e culturais próprias de cada sociedade.

Assim, o funcionalismo representaria uma tentativa de associação entre a tradição empírica e a tentativa de uma abordagem mais global. De acordo com Gomes, (2004) é a primeira vez, nos estudos da comunicação, que os efeitos não são abordados a partir da perspectiva dos objetivos do emissor, mas sim a partir do modo como se verificam. Tal corrente Funcionalista do estudo dos efeitos está atrelada à Teoria Crítica, cujos filósofos, fundadores da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno e Max Horkheimer), desenvolvem o pensamento de que o receptor das mensagens midiáticas não escaparia das falsas necessidades da “indústria cultural”, termo cunhado em 1947:

Em geral, os pensadores de Frankfurt entendem a cultura e a comunicação de massa como inseridas no sistema capitalista de produção, obedecendo ao mesmo modelo de gestão, organização e distribuição, à mesma racionalidade técnica, que caracteriza qualquer produto industrializado. (GOMES, 2004, p. 66)

Além de obedecer à lógica capitalista, a indústria cultural anularia as consciências dos indivíduos e garantiria uma aceitação da ideologia do sistema social dominante. Dessa forma, os textos das mídias eram vistos como exemplos de como a ideologia impunha as ideias dos grupos dominantes à sociedade. Posteriormente, os estudiosos vão superar essa crença e se dedicarem a entender “como os sujeitos empíricos negociavam os sentidos ideológicos das mensagens e resistiam aos seus apelos” (GOMES, 2004, p. 229). Esse novo modelo de análise das mídias é fundado a partir da década de 1960, na Inglaterra.

Com a emergência dos estudos culturais a partir dos anos 1960, iniciou-se uma corrente importante de estudos que é uma das principais influências dos estudos em recepção latino-americanos: os estudos culturais ingleses que se organizaram institucionalmente em torno do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da Universidade de Birmingham, fundado em 1964 sob a direção de Richard Hoggart.

Os estudos culturais ingleses foram responsáveis por expandirem a noção da comunicação em recepção, uma vez que focalizaram a atenção para a compreensão das “culturas vivas”, bem como as práticas e as instituições culturais e suas relações com a sociedade e as transformações sociais. Desse modo, a atenção é voltada, especialmente, para o modo como os meios de comunicação se inserem no tecido cultural contemporâneo. Para aprofundar essa discussão no campo da recepção, os estudiosos do *Centre for Contemporary Cultural Studies* buscaram no trabalho de Mikhail Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), o con-

ceito de polifonia e o conceito de audiência ativa na obra *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos* (1979), de Umberto Eco.

No contexto latino-americano, os estudos em comunicação dos anos 1970 e parte dos 1980 focalizaram, segundo Martín-Barbero (1987), uma concepção reprodutivista de cultura, motivo pelo qual não foi propiciado ambiente para o florescimento de uma visão menos maniqueísta acerca dos textos populares, ou seja, dos conteúdos das indústrias culturais.

No entanto, com o advento dos estudos a partir do final dos anos 1980, sobretudo os de Martín-Barbero (1987), os estudos em recepção latino-americanos ganharam força e configuraram vertente muito mais contextualista, além de descobrirem um sujeito-receptor que ressignificava as mensagens midiáticas, identificando suas negociações e resistências à lógica dos meios.

Por conseguinte, tais identidades consideradas não mais como uma construção fixa, estabilizada, constituinte do centro essencial do eu, como era comumente tratada no sujeito do Iluminismo, dialoga com a nova perspectiva com que estes sujeitos estão sendo vistos pelos estudos da recepção juntamente com os estudos culturais e, finalmente, dialogam com a concepção de Sujeito em análise do discurso.

3. Considerações finais

Observamos, portanto, ao longo do presente artigo, que é possível que exista diálogo bastante profícuo em torno dos sujeitos da enunciação em diferentes áreas da pesquisa acadêmica, pois o sujeito constitui-se objeto nessas investigações e é visto sob diversos ângulos e perspectivas, o que promove não só o enriquecimento e aprofundamento da pesquisa, mas também sua interdisciplinaridade.

Sendo assim, vislumbra-se a atividade de pesquisa acadêmica inserida nesses universos de diálogos e capaz de comunicar e dialogar visões, resultados e hipóteses complementares. Pretendeu-se, portanto, encorajar os estudos em análise do discurso a percorrem pelos caminhos da recepção para que as hipóteses formuladas acerca das modalidades discursivas que envolvem o ato de comunicação dos sujeitos seja observada e analisada em campo também, já que a área dos estudos em Recepção possui material desenvolvido e que pode ser adaptado à busca por ele-

mentos indicadores de corroboração/refutação de hipóteses levantadas a partir dos produtos lingüísticos que já são objetos de estudo em análise do discurso.

Finalmente, criar possibilidades de incluir análises e investigações que permitam o acesso ao circuito externo do ato de comunicação, buscando verificar, no discurso mesmo dos comunicantes e dos interpretantes, suas expectativas quanto aos atos de linguagem e ao funcionamento dos contratos.

É nesse sentido que a presente discussão se inscreve como tentativa de complementação a objetos que não se constituíram tão relevantes para a análise do discurso até o presente momento em determinada perspectiva. No entanto, não foi nosso objetivo questionar a validade teórica em que a análise do discurso se apoia, pelo contrário, enfatizamos as conquistas por ela realizadas e ressaltamos os avanços singulares e grandiosos alcançados por inúmeras pesquisas seguindo essa tradição teórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L. (Eds.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD-FALE-UFMG, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo e duas tradições de investigação sobre os media*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique generale*. Paris: Minuit, 1973.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

JENSEN, Klaus; ROSENGREEN, Karl. Five traditions in search of the audience. *European Journal of Communication*, vol. 5, p. 207-238, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso*. Campinas: Unicamp/Pontes, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.